

RESENHA

POCHMANN, Marcio. *Qual Desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2009, 176p.

Qual desenvolvimento?

Ana Lúcia Rodrigues*



No livro de Márcio Pochmann¹ “*Qual Desenvolvimento? Oportunidades e Dificuldades do Brasil Contemporâneo*” (2008), percebemos uma interdisciplinaridade bastante ampla que perpassa vários temas nas áreas da economia, da administração, da política, da história e da sociologia, com conclusões embasadas em autores clássicos destas áreas como Adam Smith, David Ricardo, Celso Furtado, Thomas Malthus, Eric Hobsbawm, Manoel Castells, Hannah Arendt, Karl Marx e outros, além de farto material estatístico de fontes como UNCTAD, IBGE e IPEA.

Os dados analisados são referentes a um período que se encerra em 2006, o que gera a expectativa de novo estudo do autor, contendo reflexões para a atual crise percebida em 2008.

O autor procura demonstrar a trajetória do desenvolvimento capitalista nos dois últimos séculos, período em que se evidenciou o desejo subjetivo da posse material, resultando num processo de exclusão de grande parte da população que tem o trabalho como condição fundamental de sobrevivência, contrapondo com os 0,2% da população mundial detentores de quase 50% da riqueza global.

Destaca a necessidade de novos rumos para a humanidade com um desenvolvimento menos devastador, em que se priorize o ser humano e o meio ambiente, buscando a valorização dos bens simultaneamente à melhoria do bem-estar de todos e a menor agressão possível ao meio-ambiente, sob pena de prevalecer “...as duas categorias básicas de homens a se manterem no porão do navio; os pobres excluídos da dignidade humana e os ricos condenados à solidão e à lógica da rivalidade”(p. 18).

O autor inicia a análise fazendo um balanço do trabalho dito heterônomo, ou seja, o trabalho realizado em troca de uma remuneração necessária e suficiente para a sobrevivência, sem desconsiderar os segmentos populacionais mais abastados, para os quais este tipo de trabalho não chega a fazer parte de nenhum momento da vida.

Para sobreviver hoje, um trabalhador brasileiro tem uma jornada de trabalho de 2 mil horas por ano, enquanto na Holanda, por exemplo, esta mesma jornada média já é inferior a 1,4 mil horas anuais. O desenvolvimento vem arrefecendo as jornadas, pois nas antigas sociedades agrárias, chegavam a superar 4 mil horas anuais, consumindo

* Professora do DCS/UEM e coordenadora do Observatório das Metrópoles-Núcleo Região de Maringá.

¹ Márcio Pochmann é professor da Unicamp desde 1995, professor livre-docente licenciado na área de economia social e do trabalho e também pesquisador do Centro de estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp desde 1989. Atualmente exerce o mandato de presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

quase 70% de todo o tempo de vida das pessoas. Este tempo de trabalho de subsistência foi reduzido para 45% nas sociedades industriais e 20% nos dias atuais.

A regressão na jornada de trabalho é decorrente de fatores como o aumento da expectativa de vida, 80 anos com tendência de chegar aos 100; a introdução tardia do jovem no mercado de trabalho, antigamente precoce e hoje, principalmente nas famílias mais ricas, após o término da educação superior.

Destaca ainda que esta redução na jornada de trabalho para subsistência é enganosa, uma vez que, com a urbanização das atividades econômicas, ocorreu o aumento da distância entre a moradia e o local de trabalho com conseqüente incremento do tempo de deslocamento, pelo qual o trabalhador não é remunerado, juntamente com outras atividades que não representam tempo livre de fato como afazeres domésticos, demandas burocráticas para a sobrevivência própria e da família, pagamento de contas entre outras que acompanham a modernidade.

O autor mostra que a economia do mundo moderno no século XX passou por diversas mudanças para adaptar-se aos problemas do período, como as duas guerras mundiais e o colapso do fordismo, em 1970, decorrente da crise do petróleo.

Até 1970 o sistema fordista-taylorista teve grande importância no desenvolvimento da indústria mundial, mesmo em países com baixa taxa de alfabetização como o Brasil e o México, por exemplo. Com a desaceleração das vendas e elevação dos preços dos bens de produção, um novo modelo se apresenta com o processo de terceirização no interior dos países e com a internacionalização das grandes empresas, na busca estratégica de minimização de custos, descentralização de poder com redução das numerosas escalas hierárquicas, operação com estoque reduzido (*just in time*), fusão e conglomeração de empresas, especialização nas atividades produtivas em busca da competitividade no contexto do livre comércio internacional, bem como maximização da produtividade.

No ambiente laboral ocorre um direcionamento para o desenvolvimento tecnológico e conseqüente automação dos processos manufaturados, a elevação das funções mais intelectualizadas e qualificadas e uma maior responsabilidade sobre a produção, obrigando o trabalhador a executar múltiplas funções.

Como exemplos dessa nova realidade, a *General Motors* e a Ford americanas reduziram seus contingentes de trabalhadores em 50%, entre 1976 e 2006. E empresas como a Nike, terceirizaram quase 95% dos trabalhadores envolvidos com a sua produção e o marketing tornou-se o seu maior custo operacional. O desenvolvimento tecnológico e de gestão chega também na agroindústria, onde o emprego de mão-de-obra, em países mais desenvolvidos, não chega a 5% do total da ocupação.

Com a internacionalização das grandes empresas, Pochmann mostra outra face da modernidade que é a proliferação de *holdings* financeiras em paraísos fiscais, inicialmente com as funções lícitas de prestar serviços financeiros a estes grandes grupos, como o pagamento de *royalties*, repatriamento de lucros e outros serviços. Estas funções foram desvirtuadas para a sonegação de impostos e desvios financeiros ilícitos.

Nesse novo cenário econômico mundial, permanece a relação de desigualdade entre os países de centro e periferia. Esta, mesmo respondendo por mais da metade da expansão do PIB mundial, continua dependente da exportação da monocultura agrícola e do fordismo industrial periférico, cujos trabalhadores sofrem mais diretamente os efeitos

nefastos da globalização, do liberalismo comercial, da desregulamentação das leis trabalhistas e da segregação socioespacial. Paralelamente, oligopólios são responsáveis pela dominação dos principais mercados, como é o caso dos setores de computadores e automóveis, com número restrito de empresas dominando mais de 90% da produção mundial.

Entre 1930 e 1970, período em que a economia mais cresceu no planeta, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, com uma das maiores taxas médias anuais de variação positiva do PIB, concentrando, porém desigualmente esse desenvolvimento tanto geográfica, quanto socialmente, mantendo a política de exclusão de grande parcela da população da divisão das vantagens do crescimento econômico.

Também em relação às empresas existentes no período, o autor denomina “andar de cima” as grandes e médias empresas e “andar de baixo”, as micro e pequenas empresas, para dizer que o Estado facilitou a modernização tecnológica, a concessão de créditos bancários e um sistema de compras públicas, para as “de cima” em detrimento das “de baixo”, estas deixadas para conviver e competir com as “forças do selvagem mercado” que tendem a prevalecer, “pois o sistema de cooperação, que valoriza o local e a comunidade, permanece numa segunda linha, geralmente no plano da retórica”.

Se o ritmo médio de expansão econômica verificado no período de 1955 a 1980 fosse mantido, o país seria, em 2006, a terceira economia do mundo enquanto a China seria a quarta. Mas, a partir de 1980, final dos governos militares, até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso, a economia brasileira entrou em profunda inflexão, com retração nos níveis de investimentos, produção e consumo. O mesmo ocorrendo com a oferta de emprego na indústria. Em 1999 o Brasil apresentava o mesmo percentual de empregos industriais - em relação ao mundial - que o apresentado em 1940.

Com o crescente desemprego os indicadores de pobreza e desigualdades sociais são potencializados e a lógica da transferência da renda dos pobres para os ricos fica evidenciada pelo ciclo da ciranda financeira. Enquanto a carga tributária, nos anos de 1990, subiu 10%, o rendimento do trabalho perdeu 9% de sua participação no total da renda nacional. Se em 1980 a renda do trabalho representava 50% de toda a renda nacional, em 2002 estava na casa dos 35%.

Esse achatamento da renda do trabalho volta a exigir mais procura por trabalho para a sobrevivência ou trabalho heterônomo. Nesse período o desemprego quadruplicou, tanto em função da retração da economia quanto por outros motivos tais como o avanço das horas extras; a busca de remuneração complementar para compensar o rebaixamento salarial; 3,2 milhões de brasileiros com duplo ou triplo trabalho; 6 milhões de aposentados e pensionistas laborando.

Dessa forma a exclusão social e espacial com intensa mobilidade territorial, marca um período de desigualdade de oportunidades espaciais e de condições de vida. Enquanto as áreas não-metropolitanas registram menos de 35% do total dos ocupados cobertos pelo sistema de proteção social e trabalhista, nas áreas metropolitanas este índice chega a 50%.

Na busca de melhores oportunidades, as contagens populacionais do IBGE mostram que a mobilidade territorial fez com que atualmente 25% dos municípios brasileiros perdessem população e que respondam por menos de 9% do conjunto da população, enquanto aqueles com mais de 400 mil habitantes (0,7% do total) concentram mais de

30% da população. Em suma, o autor afirma que historicamente o desenvolvimento brasileiro assumiu um padrão que impede a geração de oportunidades para moradores de todas as regiões conforme as características de cada uma.

A partir da primeira gestão do Governo Lula, o ritmo de expansão econômica começa a retomar o crescimento e já em 2004 se apresenta duas vezes superior ao do governo anterior, com o PIB crescendo por 22 trimestres consecutivos, sendo superado pelo aumento da taxa de investimento em 14 trimestres deste período.

O autor prevê que no atual momento de retomada do crescimento, o país sinaliza para uma nova realidade que é a expansão do agronegócio, a partir da agroenergia. Para tanto precisa avançar em tecnologia com o fim, não somente, de elevar a produtividade, mas, principalmente de repassar equanimemente a toda população os benefícios desta alavancagem, com uma possível e efetiva participação do Estado no intuito de promover oportunidades também aos pequenos produtores e micro-usineiros. Pochmann ressalta, ainda, que essa atividade não pode se restringir às forças do livre jogo do mercado, sob pena de pôr em risco a independência nacional.

O Brasil precisa constituir com um novo padrão de políticas públicas, uma espécie de Sistema Único de Inclusão Social, que compreenda um conjunto amplo de ações verticais nas três esferas governamentais, para permitir o desenvolvimento de um novo modelo de gestão descentralizado, com a intersectorialização, articulação e integração de um amplo e inovador conjunto das políticas públicas orientadas para o enfrentamento da questão social brasileira.

Sobras

A pobreza absoluta e o analfabetismo que atingiam cerca de oito a cada dez brasileiros regrediram a mais da metade da população.

Após o regime militar, os novos ricos proprietários do capital portador de juros alcançaram centralidade na agenda nacional.

Mesmo tendo passado historicamente por distintos ciclos econômicos (cana de açúcar, ouro, café e industrialização) e diversos regimes políticos (império, república, ditadura e democracia), o padrão distributivo e a estrutura social carregam, ainda hoje, marcas de enorme anacronismo e conservadorismo selvagem.

Em busca da nossa emancipação econômica:

Reconhecimento de que as políticas de corte neoliberal foram responsáveis, em grande medida, pela manutenção do baixo ritmo de expansão econômica;

Com a revisão no papel do Estado, empresas públicas foram privatizadas sem que a herança do subdesenvolvimento tenha sido abandonada.

Os ricos de hoje dificilmente teriam o mesmo sucesso na vida não fosse a corrosão do caráter do homem público em meio ao avanço do submundo privado e da especulação financeira com o dinheiro público.

É por isso que há dificuldade de localizar nos ricos de hoje algum sentimento de missão com o qual o país possa se identificar.

Na toada deste modelo econômico comprometido com as altas finanças e distante de uma reforma tributária que atue progressivamente sobre os ricos, prossegue intocável o processo de enriquecimento improdutivo.